

O desenvolvimento regional e territorial: um novo paradigma?*

Danielle Lafontaine**

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão sobre os 40 anos de estudos regionais no Québec. Como marco desses estudos, a autora retoma o clássico *L'analyse des structures régionales* de Dumont e Martin e analisa o transcurso dos estudos regionais no Québec até a fundação do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (CRDT). O texto apresenta igualmente uma síntese das análises reunidas nos dois volumes da obra intitulada *TERRITOIRES ET FONCTIONS*, que reúne os textos do Colóquio sobre desenvolvimento territorial, realizado em 2003. A relação entre teoria e epistemologia nos estudos regionais é aqui abordada, tal como a questão dos paradigmas das ciências regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Desenvolvimento territorial; Novo paradigma.

ABSTRACT

REGIONAL AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: A NEW PARADIGM? - This paper presents a consideration on the 40 years of regional studies in Quebec. As a framework, the author uses the classic "*L'analyse des structures régionales*" by Demont and Marty and analyses the history of regional studies in Quebec until the foundation of the Research Center for Territorial Development (CRDT). The study also presents a synthesis of the analysis gathered in two volumes of "*Territoires et Fonctions*", which contains the texts presented in the Seminar on Territorial Development (2003). It also deals with the relationship between theory and epistemology in the regional studies, as well as the issue of paradigms of the regional sciences.

* O presente texto foi publicado como posfácio dos anais do colóquio *Territoires et fonctions: quels modèles de développement, de gouvernance et d'intégration pour le XXI^e siècle? Bilan d'expériences depuis 1945*, realizado em Rimouski (Canadá) durante os dias 20 e 22 de maio de 2003. (tradução para o português de Sílvia Marcus de Souza Correa)

** Professora da Université du Québec à Rimouski (UQAR) e diretora do Groupe de recherche interdisciplinaire sur l'Est du Québec (GRIDEQ)

Keywords: Regional development; Territorial development; New paradigm.

A questão das teorias e das epistemologias para as quais se abrem cada vez mais todas as disciplinas e os campos de estudo se impôs à nossa equipe do GRIDEQ a partir de 1978, ano do lançamento do nosso programa de mestrado na UQAR, quando os cursos sobre as “teorias do desenvolvimento regional”, realizados sob equipes pluridisciplinares, foram visados. Lembremos que no seu ensaio intitulado *A teoria do desenvolvimento regional: um ensaio de síntese*, Hillhorst (1969, p.21) escrevia: “Apesar do título do presente ensaio, é preciso admitir que não existe teoria do desenvolvimento regional”. Seu texto terminava sobre a evocação dos trabalhos de J. Friedmann e os de F. Perroux. Este ensaio dava também um espaço considerável aos trabalhos de economistas heterodoxos (A. HIRSCHMAN, G. MYRDAL) e do crescimento (E. HOOVER, D. NORTH, H. PERLOFF, W. ROSTOW) entre outros. Aliás, durante os anos 1970, tanto no Québec quanto alhures, muitas obras sobre o capitalismo e o *subdesenvolvimento* (A. GUNDER FRANK) ou sobre o *desenvolvimento desigual* (S. AMIN, A. EMMANUEL) eram também discutidas, sem contar as teses então assaz audaciosas sobre o *eco-desenvolvimento* (Sachs, 1980), ou sobre o *desenvolvimento descentralizado* (PLANQUE, 1983), “micro-regional” ou “local”. Desde o início, e durante as décadas que seguem, os cursos de formação propostos aos estudantes integraram a análise de pontos de vista teóricos múltiplos, às vezes opostos, sobre “objetos” tais como a região, o desenvolvimento, a economia, o espaço, o Estado, a cultura, o social. Estes pontos de vista múltiplos concerniam também a “problemas” estimados urgentes e gravitando em torno de alguma coisa como “os fenômenos de distribuição ou de localização diferenciadas dos recursos através do espaço para populações, regiões, nações ou sociedades em situações de pobreza ou de não crescimento consideradas nefastas”. Soluções eram procuradas ou iniciativas eram tomadas. Se estes “objetos” e estes “problemas” podiam ser apreendidos a partir de conceitos e de teorias provenientes de diferentes disciplinas das ciências sociais nas quais tinham sido formados os professores (principalmente em sociologia, história, economia e geografia), eles exigiam igualmente uma compreensão de suas inter-relações, de suas combinações ou de suas influências recíprocas. Esta abertura às teorias diversas era propícia a uma consideração de aportes teóricos variados, vindos de outras disciplinas e às vezes de outros tempos, e a uma busca autêntica de uma perspectiva integrada. Disso, provavelmente, o interesse suscitado entre nós pelos trabalhos de Aydalot sobre os meios inovadores ou pelos apelos de Friedmann e Weaver a uma guinada paradigmática (*paradigm shift*) em direção a um desenvolvimento territorializado ou territorial à qual estava presente uma preocupação normativa face os grupos desfavorecidos ou excluídos. Desfavorecidos talvez, mas humanos e capazes de iniciativas, sugerimos em nossos escritos sobre os meios rurais, não metropolitanos ou frágeis, o que exigia uma ontologia e postulados que alguns iriam se esforçar para teorizar a fim de elaborar hipóteses de pesquisa empírica efetuada em laços estreitos com os atores (JEAN e LAFONTAINE 1984). Estes textos vindos de outros lugares e tempos nos serviram como faróis iluminando campos de pesquisa. Textos que permitem reconstruir um utensílio de memória e que, nem esquecidos, nem ignorados, mas re-visitados, oferecem conhecimentos que podem ser partilhados com atores distantes no tempo e no espaço. Ao menos, isso é o que esperamos...

Quanto mais tomamos a medida da complexidade histórica de sociedades e territórios, mais podemos nos perguntar sobre o valor das comparações entre estes “mundos” marcados por tantas especificidades, tantas configurações profundamente singulares e que estão longe de se deixar apreender por um modelo único. Diante delas, alguns vão até questionar toda a possibilidade de conhecimentos ditos universais para as considerar sempre essencialmente contextuais. Mas através destas configurações singulares e de estudos de casos limitados, pode-se também desvendar necessidades (remetendo ou não a “funções” ou a objetivos múltiplos: produzir, trocar, regular, dar sentido...), aspirações, doutrinas, sistemas ou estruturas, ou mesmo “modelos” similares ou partilhados. Enunciados mais ou menos universalmente válidos ainda podem ser concebidos.

Enquanto que em muitos países se tornam complexas as relações entre autoridades públicas, pesquisadores – cujos trabalhos são freqüentemente financiados por elas – e os atores sociais, a abertura ainda maior das comunidades científicas aos debates teóricos e epistemológicos pode limitar tomadas de rumo a “novos objetos” pouco teorizáveis e de posturas que supõem que os especialistas detêm automaticamente a verdade sobre o que é verdadeiro ou bom para o conjunto do mundo e que a ciência pode diretamente resolver os problemas mais urgentes da humanidade. Pois nessa matéria, se os conhecimentos – que são construídos – são essenciais, nós pensamos que é preciso antes de tudo visar os debates e as escolhas democráticas esclarecidas e a ação reflexiva dos seres humanos.

Introdução

Como Kuklinski (1987) fazia observar, a expressão *desenvolvimento regional* é aplicada a múltiplas situações e contextos. No Québec, assim como em outras regiões do mundo, o desenvolvimento regional reúne várias “realidades” religadas uma às outras e não obstante *internacionalizadas*, quer dizer, produzidas a partir de vários lugares interligados através do *espaço* e certamente também do *tempo*. “Realidades” que continuam a se transformar e que contêm por isso várias evoluções possíveis, mas incertas (BERGER, 1964). Várias “realidades” e um vasto conjunto de práticas, de ações ou de esforços concretos a combater disparidades regionais julgadas nefastas ou a realizar iniciativas de desenvolvimento estimadas interessantes. Mas se trata também de uma preocupação, e mesmo de um valor, que atores e movimentos sociais inscreveram no seio de suas intervenções ou de suas lutas pelo reconhecimento de direitos ou pela continuação de diversos objetivos de mudança social. Esta preocupação alimenta, aliás, políticas públicas e dispositivos políticos de governo e de governança numerosos, vários implicando atores e coletividades públicas territorializadas chamadas a inovar. Enfim, saberes estão também em causa.

Mesmo que se trate de saberes mais ou menos explícitos e “ordinários” sustentando práticas, preocupações ou políticas supramencionadas, ou de saberes “eruditos” sobre o desenvolvimento regional que gerações de pesquisadores de vários países se esforçaram de produzir, ancorando neles também formações universitárias: todas essas ações e intervenções públicas ou de pesquisa centradas sobre o desenvolvimento regional (e não somente aquelas se pretendendo científicas) comportaram sempre uma dimensão

informativa, cognitiva e conceitual. Todas tomam obrigatoriamente apoio sobre “idéias”, representações e mesmo modelos de realidades materiais ou simbólicas em causa, as quais não se livram espontaneamente delas mesmas todas inteiras à nossa compreensão, como se reconhece cada vez mais, mas elas são apreendidas através de “filtros” conceituais e de linguagem particulares. A propósito destes “filtros”, cabe salientar que sua existência remete a grupos humanos e sociais e deles depende sua “construção” (BERGER e LUCKMANN, 1967). Aliás, estes conceitos, estas teorias ou estes modelos nunca constituíram mais do que reduções “esquemáticas” do real (Gonseth apud PANZA e PONT 1992), ou “representações” dele (BRACHMAN e LÉVESQUE 1985; BAILLY, 1992).

No contexto atual marcado por trocas cada vez mais constantes entre as autoridades governamentais ou públicas, em que os meios da pesquisa e os meios sociais compartilham objetos ou objetivos de pesquisa, a questão da identidade e do valor dos saberes que se tornarão não somente disponíveis para guiar as tomadas de decisões e de ações, mas também acumulados ao longo dos anos, não é anódina. Trata-se de um enriquecimento e de uma renovação de modelos explicativos e interpretativos do mundo. Mas por trás dessas mudanças que atestam transformações dos Estados e do que chamamos de economia ou sociedade de informação, são também possíveis os empobrecimentos de tais modelos. Isso a favor de tal redução a algumas idéias “dominantes” ou muito confusas, ou ainda na onda do descarte de conhecimentos acumulados ou produzidos, mas ignorados, rapidamente “esquecidos” ou instrumentalizados (FREITAG, 1996).

No que concerne às práticas tendo por objeto o desenvolvimento, a avaliação de políticas de desenvolvimento atribui, geralmente, muito pouca importância aos aportes distintos daqueles enraizados em grandes correntes de interpretação ou paradigmas (AROCENA, 1986).

Mais recentemente, outros pesquisadores (GENDRON e VERÉRET 2000; Vivien 2001) observaram que uma quantidade de trabalhos sobre o desenvolvimento sustentável não considerava nenhuma reflexão internacional sobre o desenvolvimento, aliás, abundante e que deita longe suas raízes. Gendron e Revéret (2000, p. 122) identificam várias interpretações possíveis do desenvolvimento sustentável que o identificam como “não necessariamente uma revolução paradigmática”, mesmo se há “alguns fundamentos”.

No seu relatório sobre a produção internacional e nacional de indicadores sociais e do desenvolvimento, Perret (2002, p.6) conclui que estes encaminhamentos são pragmáticos e heterogêneos não tendo “freqüentemente nenhum eixo teórico explícito”. No que concerne à avaliação de políticas do desenvolvimento de zonas rurais (na França e na Europa), Perrin et al. (2003, p.55) notaram que “várias concepções do desenvolvimento rural” remetendo a “lógicas de intervenções” e a objetivos distintos influenciaram sucessivamente as políticas públicas, essas “perdurando” e continuando a exercer efeitos cuja apreciação se torna assim difícil.

Do seu lado, as ciências naturais – principalmente a biologia – ou métodos de pesquisa que a elas se associam, gozam de uma legitimidade renovada e crescente, especialmente para abordar os “problemas ambientais”. Problemas que estão, portanto, longe de abarcar apenas a deterioração dos grandes ecossistemas. Neste contexto, os

programas de luta contra as disparidades e, sobretudo contra a pobreza (objetivo central das ações ditas do milênio da comunidade internacional e da ONU), poderiam ser comprometidos em proveito de intervenções visando primeiramente a proteção ou a restauração de ecossistemas, mesmo a integração de custos nos mecanismos de mercado. Através de certos discursos recentes, o humano aparece mesmo como “problema” principal para o planeta, ameaçando sua viabilidade. Ora, se é verdade que os grupos humanos modificaram os ecossistemas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, modelos produtivos, distributivos e de regulação foram questionados. Estes debates não ocorrem sem lembrar de outros mais antigos como os de Hobbes (1651) e Rousseau (1762) concernentes ao ser humano “mau” ou “bom” e constitutivos no nascimento da economia política e das ciências sociais. A questão das “necessidades” humanas – e da relação com a “natureza” – e aquela do papel das instituições e poderes políticos, das necessidades e das liberdades, eram pouco a pouco consideradas e debatidas. Como apontou Polanyi (1944), sobre a base dessas idéias e de uma economia política emergente, uma grande transformação ocorreu e um conjunto de instituições paulatinamente se consolidou (Estado nacional, mercado, bancos, ciência experimental).

As reflexões e debates atuais concernentes aos grandes “problemas” da humanidade e a sustentabilidade do desenvolvimento nos parecem assim carregadas de uma grande profundidade histórica. Vários pesquisadores levantam a hipótese que eles estariam ligados às transformações (ditas às vezes da modernidade) cuja amplitude e devir são incertos (SACHS, 1992; TAYLOR, 1992; TOURAINE, 1989). Essas incertezas se aplicam também ao devir das ciências sociais que, segundo Wallerstein (1995), “batem as asas”. Seus métodos são também visados e Aktouf (1992) considera que eles deveriam superar o modelo clássico e a “matematização da reflexão”. Mas para privilegiar qual via?

Portanto, há cinco décadas, vários aportes, teorias e doutrinas formados em uma ou outra disciplina das ciências sociais enquanto “setor” de especialização, ou tomando conceitos de várias disciplinas e delimitando novos campos de estudos e de conhecimentos (*scientific domains*) apareceram e aos quais ficou ligado o desenvolvimento regional (FRIEDMANN e ALONSO, 1964; AYDALOT, 1985; AMIN e THRIFT, 1994; JULIEN, 1997) ou aquilo que se chama também as ciências sociais e humanas interdisciplinares do desenvolvimento regional (GRIDEQ, 1993; doutorado conjunto em desenvolvimento regional, 1996).

Estas disciplinas ou estes campos são numerosos e designados segundo as comunidades sociolinguísticas e de pesquisa: estudos regionais (GRENIER 1959 e 1962; MASSICOTTE, 1985; LAFONTAINE, 1989), sociologia do desenvolvimento (GAGNON e MARTIN, 1973), desenvolvimento local (AROCENA, 1986; BENKO, 1995; JOYAL, 2002), economia social solidária (FAVREAU e LÉVESQUE, 1996) ciência(s) regional(ais) (AYDALOT, 1985; LACOUR, 1992, ISARD, 1960, 1992 e 2001) ou estudos regionais (SAYER, 1995), economia do desenvolvimento (MEIR e STIGLITZ, 2001), estudos do desenvolvimento (APTHORPE e KRAHL, 1988), entre outros.

Desde o fim dos anos 70, se fala igualmente em desenvolvimento territorial ou territorializado (FRIEDMANN e WEAVER, 1979; CASTELS e HENDERSON, 1987; GREFFE, 1999; LACOUR, 2002; GRIDEQ, 1982), em eco-desenvolvimento (SACH,

1981), em desenvolvimento sustentável (CMED, 1987; BRODHAG, 2004) ou viável (GAGNON, 1996) e em desenvolvimento humano (ONU/PNUD, 2001; SEN, 1999). Mencionamos também as correntes do *environmentally sustainable economics development* (CONSTANZA, 1991) ou da *ecological economics* (AYRES, 2004) ou do *environmental impact assessment* (LAWRENCE, 1997; CASHMORE, 2004; DALKMANN et al. 2003), através das quais as questões relativas à identidade dessas correntes e aos valores das teorias científicas (BARNES, 2003; MARKUSEN, 2003) são colocadas.

Entre essas designações, notamos que várias delas fazem referência à economia (primeiramente constituída no século XVIII como economia política), à geografia e à sociologia. A maioria das correntes supramencionadas implica uma certa tomada de consideração das dimensões econômicas, geográficas ou territoriais e sociais ou societárias das realidades estudadas. A base biofísica de um desenvolvimento visado como global (FONTAN, 1994) é também abordada, através mesmo de uma planificação do desenvolvimento que, depois de um longo eclipse do *planning* dos anos 50 e 60 (SELZNIC, 1966; BELLAGIO DECLARATION, 1969), reaparecia como planificação e vontade de ordenamento do devir a médio e longo prazo dos territórios (LACOUR, 1992a; DETR, 1998; DATAR, 2000; ALVERGNE e TAULELLE, 2002).

Em vários casos, estes escritos visavam explicitamente a questão de um ou de novos paradigmas, seja no sentido de designar um novo pensamento contemporâneo “sistêmico”, “integrado” ou “interdisciplinar” (LASZLO, 1992), de uma renovação disciplinar profunda (TESSIER e VAILLANCOURT 1996), de uma nova forma de tratar o desenvolvimento regional (em distritos por BENKO e LIPIETZ, 1992; em redes por COOKE e MORGAN, 1993) ou de uma nova maneira de conceber o crescimento como, p. ex., em função do desenvolvimento sustentável (WAUUB, 1991).

No que concerne ao desenvolvimento, muitos autores discutiram sobre a existência de correntes paradigmáticas rivais ou emergentes. Através de seus trabalhos de pesquisa, a onipresente questão dos paradigmas engloba freqüentemente uma outra questão. Essa outra trata não somente da existência e do devir de esquemas científicos “rivais”, mas de “modelos” de organização da produção e das trocas de riquezas ou de recursos e de regulação política, mesmo de conjuntos sociais constituídos ou emergentes.

Ao plano dos modelos, *Capitalismo(s)*, *Socialismo(s)* e *Democracia(s)* (título de uma obra de Schumpeter (1992), editada pela primeira vez em 1942), tanto científicos quanto utópicos, estão diretamente em questão. Dito de outra forma, o estado social mesmo, mas, sobretudo, os “estados sociais” reais tomando a forma de “coletividades” de extensão variada segundo escalas espaciais mais ou menos articuladas. Estado da sociedade como “sistema” geral de vida coletiva, mas também de formas de “sociedades”, assim que as condições de sua transformação ou mesmo sua transformabilidade (ou governabilidade) se torne possível.

Nesse contexto, a escala regional (AYDALOT, 1985; SCOTT, 1988; ILLERIS e JACOBSEN, 1990; BENKO e LIPIETZ, 1992 e 2000; COOKE e MORGAN, 1993; AMIN e THRIFT, 1994; SAXENIAN, 1994; STORPER e SCOTT, 1995, HETTNE et al., 2001) é também desde vinte anos apresentada como particularmente apropriada para análises de transformações (chamadas às vezes «posfordistas») de sistemas produtivos e institucionais,

estes não indo necessariamente no sentido de uma maior igualdade das coletividades ou das nações. Através desses trabalhos, onde as transformações ditas globais são relacionadas com o desenvolvimento de dimensão territorial (AYDALOT, 1985; CASTELLS, 1987), os territórios são também considerados pouco a pouco como “novos recursos do desenvolvimento” (LACOUR, 2000).

No Canadá e no Québec, os “estudos regionais” (GRENIER, 1962; MASSICOTTE, 1985; LAFONTAINE 1989) ou do desenvolvimento regional (LAFONTAINE, 1984), ou ligados à ciência regional (PROULX, 1997; POLÈSE e SHEARMUR, 2002) e efetuados por geógrafos, economistas, sociólogos, especialistas em gestão, em arquitetura, em história, em ciências políticas, em literatura e outras áreas, sobre as realidades do desenvolvimento regional, formam configurações complexas marcadas por seus contextos territoriais e intelectuais de produção. Considerada às vezes “periférica” em relação à produção americana ou européia, a pesquisa sobre o desenvolvimento regional no Québec e no Canadá não deixa de ser menos importante tanto no que diz respeito à sua influência – modesta e indireta, mas indubitável – sobre as políticas públicas adotadas pelas diversas instâncias governamentais desde os últimos cinquenta anos quanto no que tange às observações e análises efetuadas sobre as realidades regionais e territoriais, apontando assim para as diversidades do Québec e do Canadá e contribuindo para fazê-las conhecidas.

Esta pesquisa se alimenta regularmente também das produções oriundas das comunidades lingüísticas francôfonas e anglo-saxônicas através das quais se exerce uma influência predominante de pesquisas de países do Norte e, em certa medida, dos países do Sul, particularmente da África e da América do Sul. Neste contexto de forte demanda internacional e nacional para esforços de desenvolvimento regional, territorial ou sustentável mais viáveis e avaliados, e de oferta de saberes ou de formações múltiplas, a questão da identidade dessas configurações para resgatar conhecimentos disponíveis e potencialmente mobilizáveis e transmissíveis através de formações, coloca uma série de questões.

Evidentemente, os estudos em desenvolvimento regional, local e territorial ou aqueles ligados à ciência regional gozam de um reconhecimento institucional e público variado, mas incontestável. Todavia, trata-se de uma “verdadeira” ciência e, sobretudo, de resultados que remetem a um crescimento (ou progresso) ou a um aprofundamento significativo de conhecimentos e saberes através do tempo? Se esses conhecimentos ou saberes existem realmente, como explicar a persistência de “problemas de desenvolvimento” em nível regional, local ou rural, estimados como muito graves por numerosas pessoas e analistas? O campo de estudo do desenvolvimento regional e territorial não seria, depois de tudo, apenas uma justaposição de informações não interligadas ou contraditórias e de métodos múltiplos não aparentados e mais ou menos fundamentados? Ou, para retomar uma interrogação de Mario Polèse (1996), o desenvolvimento local não seria apenas uma “doce ilusão perigosa”? Afinal, essa pode, por exemplo, escamotear o abandono de políticas re-distributivas (de inspiração keynesiana) do Estado e favorecer uma inflexão localista para o proveito de regiões ou metrópoles mais fortes?

Para esclarecer estas questões, as reflexões aqui propostas terão dois eixos principais. Primeiramente, discutiremos a identidade do campo de estudos e de

conhecimentos do desenvolvimento regional e territorial, de suas relações com a ciência regional e de seus paradigmas. Com base nos trabalhos anteriores sobre essa questão, três grandes paradigmas “rivais” do desenvolvimento serão discutidos. Em segundo lugar, trataremos das correntes epistemológicas “rivais” que se desenvolveram desde o início do século XX, principalmente a partir dos anos 70 (cognitivismo, construtivismo) as quais servem igualmente de base aos trabalhos de pesquisa sobre o desenvolvimento regional e territorial.

I O desenvolvimento regional e territorial: identidade do campo, teorias e paradigmas

Iniciaremos por uma distinção que nos parece pertinente de estabelecer entre campo de estudos e campo de conhecimentos. No Québec, o desenvolvimento regional constitui um campo de estudos universitários bastante dinâmico. A expressão campo de estudos faz referência à existência de programas de estudos universitários oferecendo formação ancorada sobre a aquisição de conhecimentos. Aos universitários estão ligadas numerosas instâncias de apoio à pesquisa: grupos, centros de pesquisa, associações científicas, órgãos de publicação que servem como instrumentos importantes de difusão de idéias e atestam a existência de campos de estudos. Já o conceito de campo de conhecimentos não designa a mesma realidade. Popularizado pelo filósofo Dudley Shapere, de orientação cognitivista, este termo faz referência à existência possível de campo(s) ou domínio(s) de conhecimentos científicos concernentes a objetos e domínios de preocupações científicas. Como explica Shapere (1977, p.525), «... *in science, items of information come to be associated together as bodies of information having the following characteristics (1) The association is based on some relationship between the items. (2) There is something problematic about the body so related (3) that problem is an important one (4) Science is “ready” to deal with the problem.*».

Segundo Shapere, um campo de conhecimentos se caracteriza pelos seus “itens de informações”, “itens” que estariam reagrupados em torno de um “problema” considerado importante.

Os estudos regionais ou em desenvolvimento regional ou territorial formariam um campo de conhecimentos assim definido? Pode-se reatá-los a um “problema” importante e, se sim, qual seria? Este possível campo de conhecimentos do desenvolvimento regional ou territorial se confunde em larga medida com aquele da ciência regional? Marc-Urbain Proulx (1996) parece concordar com isso ao ter escrito *O fenômeno regional no Québec* fazendo referência a uma “ciência regional quebequense” e explicando que “tradicionalmente, a ciência regional procura explicar as diferenças (...) entre as diferentes regiões que formam os territórios nacionais”. Seria esse o objeto central da ciência regional e este pode ser considerado como o “problema importante” que justifica os esforços de pesquisa ao lado dos estudos regionais ou em desenvolvimento regional ou territorial tanto no Québec quanto em outros lugares? Cabe lembrar que, com o fechamento de certos programas de estudos universitários americanos, “vários cientistas regionais colocavam em questão seu

campo de análise...”, reconheciam assim a existência de uma certa “crise” da ciência regional. Proulx estima que essa crise era “socialmente útil”; porém, assevera que “largamente construída sobre a herança da escola alemã, nossos métodos atuais são geralmente muito euclidianos e produzem modelos muito estáticos e redutores que não logram integrar os diferentes fatores que influenciam o desenvolvimento regional.” Em *Geografia, Economia e Ciência Regional*, Coffey considerou a ciência regional como campo interdisciplinar, fundado principalmente sobre a economia e a geografia, e sugeria que ela podia ou poderia “fornecer uma base válida para a compreensão de um território em toda a sua complexidade social e econômica” (COFFEY 1992, p. 166); para isso, ela deveria conservar seu objeto principal (a região [reconhecida como “flexível”] ou a regionalização [como operação fundamental de recorte espacial]) e se manter como uma ciência que repousa sobre um “processo rigoroso, logicamente ordenado e teoricamente e analiticamente sofisticado”, bem como sublinhando sempre a importância do “teste de hipóteses e de análise empírica para chegar a uma explicação”. Quanto ao seu objeto e seus métodos, Coffey concluía sobre a dificuldade crescente em “distinguir a ciência regional de certos aportes da geografia (urbana, regional e econômica) e da ciência econômica (urbana, regional e espacial) que se interessam com os problemas do comportamento humano econômico do espaço”. Se o projeto de uma compreensão é bem entrevisto, é resolutamente do lado da análise econômica e geográfica dos comportamentos econômicos que Coffey situa a especificidade da ciência regional sobre a qual Proulx discuta os modelos julgados muito “alemães”.

Por “escola germânica” fundadora de métodos, Proulx faz implicitamente referência às obras de Von Thünen (1826), Auguste Lösch e Alfred Weber e, portanto, a toda uma corrente intelectual específica bem precisa, aquela da economia espacial (neo-clássica), popularizada pelo economista Walter Isard, nos EUA dos meados do século XX, um dos principais fundadores da associação de pesquisadores em ciência regional, na sua maioria formada por economistas e geógrafos interessados por certos aspectos dos fenômenos regionais. Essa associação se tornou mais tarde a *Regional Science Association International* (RSAI). Sobre Isard, escreveu Aydalot (1985): “Se ele escreveu muito durante quase 30 anos, o papel maior de W. Isard foi talvez de federar os trabalhos de obediência neo-clássica no seio da *Regional Science Association* (...) agrupando todos os ‘especialistas’ ocupados em formalização e métodos quantitativos, economistas, mas também geógrafos.”

Por seu turno, Claude Lacour (1992) se debruçou sobre a identidade regional e urbana. Este pesquisador dirige a *Revue d'économie régionale et urbaine* (RERU), ela mesma ligada à Associação de ciência regional de língua francesa (ASRDLF), fundada em 1961 por François Perroux, W. Isard e Jacques Boudeville. Trata-se de uma associação autônoma e não de uma seção nacional de uma associação internacional. Concernente à ciência regional, Lacour a apresenta sob o ângulo de uma comunidade de pesquisadores que compartilham desafios novos e que comungam certas referências, notadamente aquela do território que remete a *Territory and Function* de John Friedmann e Clude Weaver (1979). Cabe salientar que estes dois autores americanos foram sempre demarcados frente à corrente da economia espacial neoclássica e, portanto, da *regional science* americana ou anglo-saxônica. Contrariamente a esta, eles acentuaram o desenvolvimento regional e o

planejamento. Chamando atenção para a herança do pensamento de Friedmann na ciência regional de língua francesa, Lacour precisava que esta comunidade compartilhava um grande objetivo comum: explicar “a articulação entre análises econômicas e outros fatores históricos, geográficos, culturais e sociais... que explicariam a diferenciação espacial e territorial...”; teorizar os laços entre o micro e o global; conceituar os fatores clássicos e os argumentos do ambientalismo; efetuar “avanços teóricos tanto sobre o tema das pequenas regiões quanto dos grandes conjuntos trans-regionais e/ou trans-nacionais”. Outros desafios mencionados: reconhecer a importância de “fatores escondidos” (herança da história, ambiente cultural, institucional etc.); documentar as “novas formas de articulação e de regulação” e “o papel decisivo das informações e das comunicações”; as novas dinâmicas implicando “savoir-faire” e “redes”.

As propostas, se não o programa, de Lacour endossam aquelas de Isard (1992) sobre o futuro da ciência regional e da necessidade de um novo paradigma. A ciência regional é, todavia, sempre de orientação neoclássica? Desde os meados da década de 50, várias associações nacionais de ciência regional foram criadas no mundo e várias delas ligadas também às revistas especializadas. Elas reagrupam principalmente economistas (muitos de orientação neoclássica), geógrafos (geografia urbana e espacial) e urbanistas, mas também um pequeno número de pesquisadores de outras ciências sociais e humanas (BENKO 1998). A ciência regional francesa – e agora francófônica e cada vez mais aberta à Europa – se desenvolveu de maneira autônoma, apesar de seus laços importantes com a *regional science*. Perroux, Aydalot, Lacour, Bailly, Maillat e vários outros pesquisadores não cessaram de abordar seu “problema” da diferenciação e da polarização espacial, assinalando as tarefas sempre mais difíceis de articulação tanto de fatores que determinam essas diferenças quanto de múltiplas escalas territoriais mais ou menos encaixadas, sem contar uma insistência sobre os processos de inovação ancorados territorialmente. As reflexões de Isard sublinham, aliás, uma evolução muito importante de seu pensamento na corrente da economia espacial até suas propostas atuais sobre os quadros conceituais futuros de uma ciência regional baseada sobre a compreensão global de territórios em toda a sua complexidade multidimensional e escalar.

No Québec, a situação do campo de estudos regionais ou em desenvolvimento regional conheceu um desenvolvimento importante no final dos anos 60 com a criação de universidades em várias regiões até então carentes de ensino superior (na região leste do Québec [UQAR], na região de Saguenay-Lac-Saint-Jean [UQAC], na Mauricie [UQTR], na Abitibi-Témiscamingue [UQAT] e em Outaouais [UQO]). Desde 1974, professores da UQAR formados em várias disciplinas de ciências sociais se associaram para formar o GRIDEQ (*Groupe de recherche interdisciplinaire sur le développement de l'Est du Québec*). Os membros do Grupo, Fernando Harvey e Benoît Lévesque na liderança, estavam na origem do programa de mestrado em desenvolvimento regional em 1978 e do doutorado conjunto entre UQAR e UQAC a partir de 1996. Aliás, em outros estabelecimentos universitários como o CRAD (*Centre de recherche en aménagement et en développement*) de Laval e criado em 1972, os estudos regionais ou em desenvolvimento (regional, local, internacional, territorial) iriam conhecer uma expansão que continua atualmente com a criação de cátedras e centros (CRISES, ARUC-Économie-sociale, Réseau Villes Régions Monde, CRDT),

sem contar vários outros dispositivos de apoio à pesquisa e várias revistas como, por exemplo, *Organisation et territoires*, *Économie et solidarités*.

Se a criação em 1969 da rede de universidades do Québec impulsionou os estudos regionais quebequenses, sua aproximação discreta com a *regional science* anglofônica e francófônica se efetuiu apenas ao longo dos anos 1980 e no esteio das “crises” e dos apelos à renovação que afetaram ambas ciências regionais (COLOMBUS, 1995).

Desde o fim dos anos 50, certas bases importantes dos “estudos regionais” quebequenses tinham sido postas pela Escola de Laval, através dos trabalhos de Fernand Dumont, Yves Martin, Marc-Adélar Tremblay, Vincent Lemieux, Gérald Fortin entre outros (FALARDEAU, 1964). Estes trabalhos tomavam por referência as pesquisas de Esdras Minville (FOISY-GEOFFROY, 2004), Joseph Risi e Raoul Blanchard, dos quais muitos versavam sobre a região da Gaspésia e realizados a partir dos anos 20. As referências intelectuais de alguns também são de fontes em língua inglesa e francesa. Assim que os estudos regionais quebequenses foram desde seu início internacionalizados em termos de influências, o que não impediu um trabalho autônomo de observação e de análise do “milieu” como sugere o título do livro de Minville (1943). Interessado na evolução dos estudos regionais quebequenses e das representações espaciais dos pesquisadores, especialmente geógrafos, sociólogos e historiadores, que no Québec desde os anos 1950 se debruçaram sobre os fenômenos regionais, Massicotte (1985) desvendou uma influência do marxismo no curso dos anos 70, seguida nos anos 80 por uma efervescência sustentada pelas universidades estabelecidas nas regiões e por “esforços de renovação”. Lafontaine (1989) tratou, por seu turno, da influência marcante da Escola de Laval sobre os estudos regionais quebequenses dos anos 60 (idéia de “sociedade global” e de região, ênfase à monografia). Endossando Massicotte, os trabalhos dos anos 70 teriam sido fortemente influenciados pela corrente terceiro-mundista e pela teoria da dependência (idéias de estruturas socioeconômicas mundiais ou globais, análises de trocas industriais e do termo desenvolvimento), nos anos 80, o ponto de vista construtivista teve cada vez mais importância (papel da ação e das representações dos atores, o papel da cultura e da história).

Estas análises e as propostas de Proulx, Lacour e Isard não autorizam chegar à conclusão de que há uma teoria capaz de integrar um vasto conjunto de fatores que influenciariam o desenvolvimento das regiões ou dos territórios e permitiriam explicar os fenômenos de diferenciação e de polarização sócio-espacial ou suas conseqüências para as populações. Essas análises e propostas deixam sim entrever uma ciência regional ou do desenvolvimento regional e territorial ainda com desafios em relação ao seu objeto e, segundo Proulx, também no que tange ao método. Mais ainda, no campo dos estudos sobre desenvolvimento (local, regional, internacional, econômico), muitos autores acreditaram poder alinhar várias correntes teóricas ou paradigmas distintos – ou mesmo “rivais” – gerando descrições distintas e explicações às vezes contraditórias sobre as entidades ou os processos implicados no desenvolvimento.

Foi Thomas Kuhn (1962) quem popularizou a noção de paradigma na sua obra *A estrutura das revoluções científicas*. Mann (1984) incluiu este termo na sua *Enciclopédia internacional de sociologia* e Broadhag (2004) igualmente no seu *Dicionário do desenvolvimento sustentável*. Como relata Nadeau (1999, p.403) que também inseriu o termo no seu

Vocabulário técnico e analítico de epistemologia, Mastermann (1970) levantou vinte e um sentidos do termo na sua primeira edição do livro e Kuhn reconheceu (no pós-fácio da segunda edição de seu livro) ter atribuído dois sentidos principais distintos. Segundo Kuhn, o termo denota, por um lado, um conjunto de crenças, de valores e de técnicas comuns aos membros de uma comunidade científica – que ele chama igualmente de matrizes disciplinares – e, de outro lado, um elemento deste conjunto, seja as soluções de enigmas, os quais, se empregados como modelos ou exemplos, podem servir de base à solução para enigmas subsistentes na ciência normal. Recentemente no seu *Léxico das ciências sociais*, Grawitz (2004, p.304) não descarta o termo paradigma e o associa ainda a campos lexicais de “indicação, modelo, exemplo”, estipulando que se trata de um “termo pouco rigoroso utilizado por Kuhn (1962) no sentido de teoria dominante ou empregado igualmente como explicação geral aceita ou modelo de aporte teórico da realidade social”. Precisamos que Kuhn não inventou o termo como tal, este fazia parte do vocabulário da gramática tradicional e da lingüística moderna, sendo para Saussure o conjunto de unidades da língua pertencendo a uma mesma classe (semântica) e tendo entre elas uma relação de troca.

A idéia de matriz (a qual a teoria dos jogos, mas igualmente a sociologia de Alain Touraine nos fez conhecer) remete a uma representação, sob forma de um quadro de elementos (itens, conceitos) interligados e que parecem formar um campo. Já Kuhn se deteve a compor um arranjo flexível de paradigmas e de mudanças paradigmáticas.

Muitos autores que se interessaram nas questões do desenvolvimento se debruçaram sobre a questão dos paradigmas. Arocéna (1986) também se esforçou em demarcar os principais paradigmas através dos quais o desenvolvimento podia ser abordado, distinguindo para isso três principais. São eles: evolucionista, estruturalista e historicista.

Sem que se possa aqui examinar com mais detalhe a questão, podemos dizer que o primeiro se aproxima das correntes designadas sob o paradigma da modernização (FOSTER-CARTER, 1976; ELGUEA, 1985), funcionalista (FRIEDMANN et WEAVER, 1979; AYDALOT, 1985), neoclássico (BOISVERT, 1995), liberal (SAYER, 1995; AZOULAY, 2002), utilitarista (OUELLET, 1998), paradigmas esses que situamos como dentro do movimento do paradigma ou do prisma “clássico” (LAFONTAINE, 1995a, 1995b), mesmo que haja uma série de diferenças marcantes entre as correntes antigas (neoclássicas) e as mais recentes (keynesianas). O segundo paradigma apontado por Arocéna (estruturalista) são aquelas correntes designadas como da dependência ou marxista ou crítica (FOSTER-CARTER, 1976; ELGUEA, 1985; AZOULAY 2002).

O segundo reúne as correntes designadas de diversas maneiras: corrente ou paradigma da dependência ou marxista ou crítica (FOSTER-CARTER, 1976; ELGUEA, 1985; AZOULAY 2002), da dependência (BOISVERT, 1995), marxista (SAYER, 1995).

Quanto ao terceiro, ele apresenta um conjunto de correntes que nós chamamos, seguindo Elguea (1985), de paradigma emergente e que diversos autores designam de outras maneiras: aporte territorial (distinto de funcional em FRIEDMANN e WEAVER, 1979; AYDALOT, 1985), desenvolvimento endógeno (BOISVERT, 1995), alternativo (SAYER, 1995), humanista ou neo-humanista (OUELLET, 1998).

Surgido com o pós-guerra (1939-1945) e sobre as bases de uma crítica tanto ao liberalismo quanto ao marxismo (com Perroux, principalmente, e os economistas heterodoxos Lewis, Myrdal e Hirschman), esse paradigma pode ser destrinchado nas

seguintes correntes: a corrente do desenvolvimento hierarquizado e situado, a do desenvolvimento territorial ou territorializado, a do desenvolvimento humano e social e a eco-desenvolvimentista e a do desenvolvimento sustentável ou viável.

Nessas últimas correntes são colocadas de forma veemente as questões sobre as necessidades de base e culturais, sobre as liberdades e capacidades de escolhas pessoais e sobre o acesso aos recursos materiais e imateriais, bem como a importância dos processos democráticos. No caso do desenvolvimento sustentável e viável, os trabalhos como, por exemplo, de Gagnon (1996) e Jollivet (2003) visam integrar dimensões ao mesmo tempo sociais e institucionais, econômicas e biofísicas do desenvolvimento, salientando os valores normativos de equidade, de eficiência e de transmissão dos patrimônios natural e cultural às futuras gerações.

A demarcação das correntes que efetuamos tem como base a (des) construção do tipo ideal de vários trabalhos que remetem a esquemas de racionalização cuja estandardização deve ser empreendida com o fito de realizar estudos comparativos mais sofisticados. À luz de pesquisas mais fundamentadas e sistemáticas, poderemos traçar as matrizes de conjuntos, de correntes intelectuais e de estandardização, assim como as suas formas específicas em diferentes países e regiões.

A identidade do campo de conhecimentos do desenvolvimento regional e territorial resta inseparável dos debates paradigmáticos que a crítica marxiana da economia política clássica ou liberal inaugurou no século XIX. Este campo nos parece ligado intrinsecamente a outras correntes fundamentais, o que permite uma rearticulação e um novo esquema interpretativo relativo às realidades sociais e humanas territorializadas, permitindo descrever e explicar seu modo de existência espaço-temporal e de transformação a escalas múltiplas. É essa rearticulação, chamada então de funcional (associada à função econômica) e de territorial (associada aos lugares de vida) que Friedmann e Weaver (1979) enunciaram claramente, mesmo se, por conseguinte (STÖHR e TAYLOR, 1981), o desenvolvimento *from below*, *endogène* ou *ascendant* seria às vezes considerado como uma nova via essencialmente distinta do desenvolvimento funcional ou *from above*. A questão do endógeno nos parece também ligada àquela (ontológica e teórica) das unidades matrizes para apoiar os processos de desenvolvimento, mesmo se certos trabalhos puderam tratá-la sobre bases comunitárias circunscritas a lugares definidos de pequenas dimensões.

Este programa, que bem poderia ser aquele de uma ciência regional futura, parece também se aproximar de uma quantidade de trabalhos emanados de diferentes correntes de pesquisa já mencionadas anteriormente (sociologia do desenvolvimento, desenvolvimento local, economia social solidária, economia do desenvolvimento etc.). Estes campos de conhecimentos interligados são importantes, pois auxiliam na compreensão do devir espaço-temporal da Humanidade e de sua estruturação em níveis múltiplos, sem negligenciar o tratamento do problema das desigualdades territoriais e suas conseqüências.

Nossa reflexão se deslocará agora para um conjunto de questões epistemológicas que estimamos importantes para o futuro do campo de estudos e de conhecimentos do desenvolvimento regional e territorial. Essas questões são relativas ao valor dos saberes nesse domínio e dos seus modos de construção de conhecimentos. Mas cada vez mais o questionamento sobre a ciência e os conhecimentos engloba outras questões concernentes

às suas dimensões tanto lógicas quanto ontológicas e éticas. Tratadas atualmente por uma diversidade de correntes epistemológicas, essas questões tendem também a serem incorporadas diretamente à reflexão das disciplinas e dos campos de conhecimentos sobre si mesmos (DESLAURIERS et GAGNON, 1987; BAILLY, 1992). Quer dizer que eles não podem mais se contentar em afirmar seu status de “ciência” ou reclamar sem se interrogar sobre suas bases. O recurso aos “números” (PIRES, 1997), aos cálculos, aos diagramas ou às formalizações sofisticadas também não oferece mais as garantias de cientificidade ou de veracidade de outrora para as propostas, descrições, explicações e conclusões.

2 O desenvolvimento regional e territorial como campo de conhecimentos: cientificidade e debates epistemológicos contemporâneos

Ao plano epistemológico, tal como ao plano paradigmático que tratamos anteriormente, várias correntes “rivais” exercem sua influência sobre o campo de estudos e de conhecimentos do desenvolvimento regional e territorial. Essas diversas correntes epistemológicas rivais farão aqui objeto de uma apresentação muito sumária e redutora. Como já se sabe, muitas correntes, como o positivismo, não dominam mais sobre os debates da filosofia da ciência, mas suas influências se fazem ainda sentir sobre o conjunto dos campos de estudos e de conhecimentos. Aliás, várias correntes “anti-positivistas” contemporâneas, particularmente o cognitivismo/construtivismo e a epistemologia evolucionária, predominam sobre o conjunto de ciências e estimulam um interesse crescente pelas “representações” e os modelos. Através desses debates que desvelam um idealismo completamente fascinado pelo “sujeito” e pelo retorno a um empirismo ingênuo, discute-se também sobre um racionalismo que reconhece a centralidade (ontológica e ética) do ser humano, mas que se mantém aberto à experiência sensível do mundo e seu conhecimento possível. Trata-se de um novo racionalismo que alguns entrevêm mesmo como um “novo paradigma epistemológico” (LÊ MOIGNE, 1999).

Várias correntes epistemológicas em debate

A epistemologia lógico-positivista (1923-...) chamada também de positivismo lógico, empirismo lógico ou ainda de “aporte tradicional” (ACHINSTEIN, 1969) se mantém indissociável dos trabalhos do Círculo de Viena (fundado em 1927) e ao seu manifesto *A concepção científico do mundo* no qual foi exposto um projeto “para uma ciência unitária, repousando sobre uma metodologia comum”, uma metodologia sobre bases bem precisas de construção de conceitos em vista à sua operacionalização. Segundo Suppe (1977), de 1920 a 1950, quase todos os trabalhos em filosofia da ciência adotaram essa abordagem que, pouco a pouco, se impôs nas ciências sociais e humanas, particularmente via sociologia funcionalista americana. No Québec, Marc-Adelard Tremblay (1968) contribuiu muito para a difusão desse aporte no conjunto das ciências sociais e humanas desde os finais dos anos 60 até o início dos anos 80.

Entre os autores ligados à elaboração dos fundamentos dessa corrente, mencionamos

RUDOPH CARNAP (1891-1970), a quem é atribuída a primeira versão dessa corrente, e BERTRAN RUSSEL (1872-1970), “pai espiritual” do Círculo, segundo Karl Popper. O positivismo lógico foi influenciado por muitos desenvolvimentos tendo marcado a ciência (matemática e física) e a filosofia do final do século XIX e início do século XX. O positivismo lógico é fundado sobre uma dupla recusa da metafísica (hegeliana) e do empirismo. Segundo essa corrente, a ciência se constrói sobre a base das experiências implicando ao mesmo tempo uma linguagem teórica (matematicamente viável) e uma linguagem distinta da observação. A experiência implica então uma linguagem teórica e uma linguagem de observações coordenadas por regras de correspondência (de princípios lógicos). Todo o conceito deve ser operacionalizável, isto é, deve ser traduzido para a linguagem da observação. O progresso científico repousa sobre a confirmação das teorias (pela experiência) e sua incorporação (contínua) às teorias cada vez mais gerais. Se uma proposição teórica científica deve ser absolutamente lógica (coerente, formalizável), um enunciado que escapa à “verificação empírica” não tem “sentido”, não é científico.

O Círculo terá um crítico muito importante: Karl Popper (1902-1994). Esse combateu criticamente o Círculo desde 1935. Em sua *Logik der Forschung*, Popper defendeu a idéia que a linguagem da observação não é nunca “dada”, mas ela repousa sobre “teorias implícitas” não reconhecidas. Popper opta, primeiramente, por um aporte chamado *falsificacionista* (variante do lógico-positivismo, mas baseado sobre a demonstração da falsidade dos enunciados), mas ele se aproxima, posteriormente, da corrente epistemológica anti-positivista de tendência evolucionista. A partir dos anos 1950, os críticos do positivismo-lógico se multiplicaram. As pesquisas alternativas são associadas a três aportes: o ceticismo, o relativismo e os aportes chamados “semânticos” pouco a pouco integrados ao movimento anti-positivista de tendência cognitivista.

A epistemologia relativista (1953-...), chamada também de análises em termos de *Weltanschauung*, é associada aos trabalhos de seu autor mais conhecido: Thomas Kuhn (1962). Todavia, é Toulmin (Suppe, 1977) quem desde 1953 começou a difundir essa perspectiva na qual se nota a influência de Nietzsche, Charles Pierce e Quine. Nos anos 1960, Paul Feyerabend (1979, *Contre la Méthode*) adotou algumas idéias de Toulmin e Kuhn. No que concerne a suas orientações, o relativismo se caracteriza por uma recusa do lógico-positivismo e da idéia de uma “ciência universal” aplicável a todos os contextos. O caráter contextual (ou histórico) da verdade, da racionalidade, das explicações e dos valores é fortemente acentuado pela epistemologia relativista. Não há como alcançar uma realidade “objetiva”, independentemente do ponto de vista de um observador humano (a hipótese da existência material do mundo podendo ser abandonada). Sugere-se também que as formas de “crenças”, mesmo as crenças científicas (maneiras dedutivas ou indutivas), variam bastante em função da situação dos grupos sociais que habitam uma variedade de “mundos” possíveis, e em função disso que esses grupos sociais consideram algo verdadeiro ou falso durante uma época determinada. A ciência repousa também sobre mecanismos sociais, assim como sobre a existência de “comunidades científicas” e se apresenta sob a forma de “visões de mundo” (ou perspectivas) e conjuntos de costumes e regras de usos a uma época dada e em contextos sociais variáveis. Dessa “perspectiva” dependeria a significação dos conceitos teóricos e das observações efetuadas a propósito dos “fatos”.

Nem verdadeiras, nem falsas, as teorias serviriam mais para interpretar o mundo do que a revelar suas leis (ou regularidades) próprias. Recusa-se também a distinção entre os termos teóricos e de observação: os “fatos observados” nunca são apenas teorias implícitas (um ponto de vista também defendido por Popper).

Mastermann (1970) e Shapere (desde 1964) estão entre os críticos mais conhecidos e importantes de Kuhn e do relativismo. Mastermann atacou (sobre bases lógico-positivistas) o caráter polissêmico, e assim considerado pouco rigoroso, do conceito de paradigma. Muitas idéias e dimensões da atividade e de produtos científicos que chamaram a atenção teriam dificultado sua observação em termos sistemáticos. Mas, apesar das críticas de Mastermann, o interesse pelas perspectivas e pelas mudanças de perspectivas na ciência não diminuiu. Shapere contestou, por seu turno, o abandono, pelos representantes dessa corrente, da distinção entre ciência e não-ciência em prol de um aporte insistindo, sobretudo, a respeito do seu caráter histórico e conceitual. Apesar disso, Shapere é considerado como um dos autores pioneiros do conceito de *scientific domains*.

Após essas críticas, e do seu eco entre outros autores, a natureza e o teor das “crenças” ou das “representações”, dos conhecimentos ou das teorias iriam suscitar numerosos esforços de esclarecimento teórico e empírico e o surgimento, durante os anos 80 e 90, de várias correntes epistemológicas anti ou pós-positivistas.

As designações dessa corrente anti-positivista (multiforme) variam. Fala-se também de um “movimento” anti ou pós-positivista que seria constituído de várias correntes e subcorrentes. Em outro trabalho (LAFONTAINE, 1987) sobre essa questão, apontamos para 4 correntes: a corrente cognitivista (DE MEY, 1984) à qual associamos a epistemologia construtivista (LEMOIGNE, 1999); a epistemologia evolucionista (WUKETITS, 1983); uma filosofia da ciência semântica (SHAPER, 1977, 1985); e, uma corrente da sociologia da ciência e do conhecimento (BARNES, 1984).

Assim, no curso dos últimos 15 anos, as correntes cognitivista/construtivista e evolucionista viram sua influência aumentar consideravelmente através de um interesse cada vez mais geral pelas representações, teorias e modelos.

Antes de considerar mais em detalhe esses aportes, cabe salientar alguns traços que permitem lhes agrupar. Primeiramente, essas correntes compartilham o objetivo de se diferenciar tanto do lógico-positivismo quanto do relativismo e de elaborar uma teoria do conhecimento e da ciência em que o saber “verdadeiro” ou do mundo “real” seria possível, assim como a demarcação entre ciência e não-ciência. Considera-se, todavia, que a distinção entre conceitos teóricos e observáveis (conceitos chamados de operatórios) não é clara, pois ambos conceitos são oriundos de teorias (nem sempre explícitas ou coerentes) e de raciocínios que repousam sobre “outra coisa” (instituições, saberes ordinários, ideologias, interesses). Enfim, para compreender o conhecimento e a ciência, deve-se interessar pelo “sujeito” humano considerado como um ser de linguagem (dotado de capacidades lingüísticas), capaz de se expressar e de fazer referência do mundo via uso de linguagens particulares e ainda da escrita. Segundo certos autores (LEMOIGNE, 1999 et DEMEY, 1984) essa maneira de conceber a ciência constituiria um “novo paradigma epistemológico”.

No que concerne à epistemologia cognitivista (1968-...), trataremos aqui de ciência

cognitiva ou de movimento cognitivista cujos autores centrais são Herbert A. Simon (Prêmio Nobel de Economia); D. Rumelhart, R. Schank et P. Abelson; D. Winograd; Léo Apostel, J. Fodor, M. R. Quillian; Zenon Pylyshyn (BRACHMANN, 1985). Em meados dos anos 60, o surgimento da inteligência artificial marcou essa corrente, mas também os trabalhos de economistas heterodoxos, como Herbert Simon, sobre as racionalidades – e seus limites – dos atores nas organizações. Marvin Minsky (1968), entre outros interessados pela inteligência artificial, atentou para a cognição, para a ‘linguagem natural’, para as línguas e para a “representação dos conhecimentos” (standardização, esquemas, *problem solving*). A partir de conhecimentos oriundos da psicologia (não comportamental), da inteligência artificial, da biologia, da lingüística, da sociologia, da antropologia, se procurava explicar e compreender o funcionamento cognitivo e os produtos que emanam sob a forma de informações simples ou complexas, as quais seriam sempre estruturadas e contextuais.

Os trabalhos pioneiros (1920-23) de Ogden e Richards (1943) e também de Ernst Cassirer, A. Turing, Gaston Bachelard marcaram profundamente essa corrente. Gaston Bachelard elaborou, a partir dos anos 30, uma “epistemologia concordatária” relacionada a uma postura chamada “materialismo racional” e também “racionalismo aplicado” procurando articular empirismo e idealismo. Sua obra influenciou o movimento cognitivista e a epistemologia chamada construtivista desenvolvida na França e no mundo francôfono por Jean-Louis LeMoigne e Edgar Morin. Cognitivismo e construtivismo são também influenciados pelos trabalhos de Jean Piaget, que elaborou, a partir dos anos 50 uma epistemologia genética em que foi acentuada a construção dos conhecimentos ou dos esquemas de representação (pela criança) através da ação e cujas implicações para uma epistemologia das ciências sociais e humanas são remarcáveis. Não podemos aqui discutir essas teses, mas sublinhamos que elas implicam proposições sobre o fundamento da “consciência” (e da memória) humana. Sublinhamos também a influência do cognitivismo e do construtivismo sobre uma pluralidade de correntes teóricas ditas também construtivistas nas ciências sociais, notadamente na sociologia de Berger e Luckmann (1967), os quais acentuaram mais ou menos a “construção do real pelos atores”. A influência dessa obra se prolongou para muito além da sociologia como na teoria da estruturação de Anthony Giddens ou mesmo na teoria crítica de Jürgen Habermas. Mas cabe distinguir as epistemologias construtivistas das teorias chamadas construtivistas nas ciências sociais, pois essas podem ter uma base epistemológica relativista ou lógico-positivista e mesmo formas de empirismo ingênuo ou de um idealismo. O trabalho de Edgar Morin (1977) constitui um exemplo de esforço de elaboração de um aporte integrando uma epistemologia e uma teoria geral das realidades bio-antropo-psico-sociais. Esse trabalho se inscreve sob a preocupação intelectual de uma “ciência da autonomia” das pessoas e dos grupos sociais (MORIN, 1981).

A epistemologia evolucionista é também chamada de posição ‘naturalista’ ou ‘realista’. Wuketits (1983, p. 19) definiu essa epistemologia da seguinte forma: «*Evolutionary epistemology is an interdisciplinary approach to explaining and understanding epistemic activities; it is based on biological and psychological research and corresponds with results in the fields of linguistics, anthropology, ethnology and sociology*».

Marcada pelos trabalhos de D. T. Campbell (1974), essa epistemologia integra aportes intelectuais variados: Darwin, Lorentz, Mayr, Piaget, Chomsky, C. Lévis-Strauss. Karl Popper tinha igualmente integrado essa corrente. A partir dos conhecimentos oriundos da biologia, da etnologia, da neurobiologia e da psicologia do desenvolvimento, buscou-se explicar e compreender a evolução dos “sistemas vivos”, dos indivíduos humanos (pessoas individuais), dos grupos organizados (coletivos) e de linguagens utilizadas pelos humanos. Em suma, o interesse era pelas estruturas mentais ou psíquicas (individuais), pelas estruturas sociais (coletivas), pelas estruturas lingüísticas, gramaticais e simbólicas e pelo conjunto da evolução psíquica e mental (natural, individual e coletiva). Esse interesse englobava o conhecimento ordinário, os conhecimentos científicos e a filosofia das ciências. Fundamentalmente, o “naturalista” adotava o postulado de que a natureza existia objetivamente, independentemente de qualquer sujeito observador. A existência da natureza permite que a observação seja possível, assim como o desenvolvimento dos conhecimentos. Segundo esse ponto de vista, a matéria (*inorganic level*), a natureza (*organic level*), a psique e o mental evoluíram por diferenciação gradual e complexidade crescente, mas se mantiveram essencialmente ligadas. Cabe aqui salientar que teorias chamadas evolucionistas podem repousar sobre bases epistemológicas variadas e não necessariamente sobre uma epistemologia evolucionista.

Algumas correntes da economia evolucionista são próximas da economia do meio-ambiente (*environmental economics*) ou da ecologia (*ecological economics*). Todas essas correntes se interessam pelas relações dos sistemas econômicos com os meios ambientais ou biofísicos, donde provêm as energias e matérias.

Entre outras subcorrentes, tem-se ainda a filosofia da ciência de orientação semântica (ou “histórico-realista”). Podemos também referir a nova filosofia da ciência pós-positivista (DUDLEY SHAPER, 1985, FREDERICK SUPPE, 1977). Esta corrente igualmente postula a existência objetiva do mundo. Este mundo serviria de referência a um espaço-temporalidade que o saber racional pertinente (*relevance*) visaria conhecer e poderia chegar a conhecer. Postula-se uma descoberta da verdade possível, portanto, que a razão ou a racionalidade são igualmente possíveis. Interessa-se pela ciência sob o ângulo dos termos teóricos e descritivos (reunidos em domínios ou campos) que lhe servem de materiais; estuda-se não somente as «*scientific theories and their domains*» mas também os «*patterns of reasoning*» (modelos de raciocínio). Acentua-se a coerência interna que deveria caracterizar o discurso científico e a significação (*meaning*) de seus termos e proposições; suas entidades, suas explicações; a formulação de seus objetivos e problemas. Insiste-se muito sobre a importância do suporte da percepção (*sens-datum language*), ligada à verificação da linguagem teórica e à qual não se renuncia.

Uma última subcorrente epistemológica chamada sociológica deve ainda ser mencionada. Nela, duas figuras centrais se destacam: David Bloor (*Knowledge and Social Imagery*, 1976) e Barry Barnes (*Interest and the Growth of Knowledge*, 1977). Essa subcorrente é também designada sob o nome de «*programme fort*» (expressão de Bloor proposta em 1981) em sociologia da ciência (Escola de Edimbourg) ou de «*sociologie de la science non positiviste*». A partir da sociologia, mas integrando outras disciplinas (psicanálise, lingüística, biologia), pleiteia-se por uma teoria e um método de análise de crenças sob

todas as formas. Insiste-se também sobre a necessidade de teorizar toda a questão do « sujeito » (ou do ator humano) e sua relação com os conteúdos dos conhecimentos abstraídos em estudos empíricos (modelos de raciocínio, coerência interna, determinações sociais diversas).

Mesmo que essas correntes não tenham a mesma envergadura, aquelas anti-positivistas têm uma influência indubitável sobre o conjunto das disciplinas e campos de conhecimentos. O surgimento da corrente epistemológica cognitivista/construtivista se faz sentir sobre o conjunto das ciências sociais e humanas, já marcadas por aquelas teorias construtivistas oriundas da sociologia. A corrente evolucionista tende, por seu turno, a constituir uma teoria geral unificada em torno da biologia e das ciências naturais, englobando a economia (evolucionista), e cada vez mais os aspectos sóciopolíticos.

Esses trabalhos e debates em epistemologia têm um prolongamento mais de ordem metodológica através das mudanças sobre o valor respectivo dos aportes ditos quantitativos (status de números e de dados secundários notadamente estatísticos) ou qualitativos (status de “letras” ou de testemunhos dos atores privados ou públicos respondendo a entrevistas em particular e de dados primários). Durante muitos anos, certos autores – como Deslauriers (1991), no Québec – defenderam a tese da distinção máxima entre as duas maneiras de ver a produção dos conhecimentos. Seguindo essas teses que esquematizamos aqui, a metodologia quantitativa é apresentada como sendo centrada sobre os fatos observáveis ou os comportamentos, o conhecimento de regularidades, a pesquisa de leis (nomotética), a explicação e, mesmo em certos casos, as correntes epistemológicas particulares (positivista ou lógico-positivista) ou teóricas precisas (funcionalismo, marxismo). A metodologia qualitativa é, por seu turno, apresentada como sendo centrada sobre as descrições particulares (idiográfica), de natureza compreensiva, centrada sobre as representações ou os estados mentais ou afetivos, o estudo das mudanças ou das transformações ou dos fenômenos emergentes, orientados para o estudo de caso, ligado a outras correntes epistemológicas (relativismo, cognitivismo) ou teorias (construtivismo). A primeira (quantitativa) foi sempre associada a um aporte do tipo dedutivo repousando sobre teorias e conceitos explícitos e rigorosos aplicados de preferência ao estudo de muitos casos. A segunda (qualitativa) foi freqüentemente associada a um aporte do tipo indutivo pouco definido teoricamente e centrada sobre o estudo de caso único ou de casos pouco numerosos. Mas essas teses sobre a distinção entre as duas vias, ditas quantitativas e qualitativas, são cada vez mais contestadas (VANMETER, 1994; PIRES, 1997), principalmente em nome de uma metodologia geral da pesquisa cujos conceitos podem variar. Para Pires, a via dita quantitativa não constitui uma metodologia específica, uma construção de conhecimentos que remete a um procedimento geral complexo de escolhas múltiplas. Van Meter ressalta que, para o Comitê de pesquisa sobre lógica e metodologia da Associação internacional de sociologia (RC33), “a distinção entre as metodologias qualitativa e quantitativa estaria em vias de desaparecer e obsoleta”. A produção de conhecimentos teria, para ele, apenas um procedimento geral “em etapas” implicando escolhas de representações ou de “variáveis” de acordo com o papel dos conceitos, das escolhas de população (ou de amostras de dados) e sua coleta, análise e interpretação. Esse procedimento pode ser de natureza mais ou menos “ascendente” (implicando observações)

ou “descendente” (implicando conceitos e teorias), estando essas duas vias apresentadas como essencialmente complementares e combináveis.

Ces conceptions d'une méthodologie générale englobent toutes deux un rapport à la **conceptualisation** et à l'**observation** de matériaux ou de formes empiriques, que l'on peut voir, entendre ou lire, le recueil et l'analyse des données vues, entendues ou lues reposant sur des instruments eux-mêmes construits. Mais dans le sillage des épistémologies contemporaines, ce cycle fondamental théorie/empirie - ou empirie/théorie - n'échappe plus à une certaine prise de conscience du rôle crucial des langages théorique et d'observation dont le vocabulaire de base - celui-ci renvoyant à des «familles» conceptuelles - et la «syntaxe» (relations entre les concepts) doivent de plus en plus être explicités. Bref, le souci de la qualité d'une recherche n'est pas disparu, mais se déplace en particulier vers celle des concepts et vers l'ouverture au monde empirique.

Conceitos esses que não são construídos simplesmente um a um segundo o procedimento codificado de Lazarsfeld. Nessas matérias, as escolhas (ou a seleção de casos ou de pessoas entrevistadas, documentos consultados, lugares considerados etc) são também recheadas de considerações teóricas, epistemológicas e éticas que devem ser explicitadas de melhor forma possível.

Em suma, a solução convencional lógico-positivista ao problema da validade dos conceitos (teoria da correspondência, construção de variáveis) se desloca para o lado de uma reflexividade que enuncia e precisa posicionamentos mais consistentes e de cunho teórico mais explícito. Assim como a questão da validade externa dos resultados e a questão de sua generalização não podem ser mais reduzidas ao seu tratamento por amostras probabilísticas, mas fica aberta sobre um grande número de questões relativas à pertinência dos resultados, à profundidade ou à saturação das interpretações, à exaustividade das análises como à sua contextualização. Esse procedimento clássico de operacionalização dos conceitos pode, aliás, dissimular a falta de clareza dos conceitos (e das questões de pesquisa) que se procura testar rapidamente, mesmo propor às autoridades públicas ou aos atores para fundar suas políticas e intervenções ou, ao contrário, para renunciá-las porque foi provado seu insucesso.

Afinal, um conceito não existe sozinho, uma parte da sua significação depende de outros conceitos maiores (sobre os quais a pesquisa se fundamenta) e de “famílias” de conceitos e teorias mais antigas cuja influência assim se prolonga e se renova em parte. Isso mostra o quanto as correntes epistemológicas atuais incitam uma renovação de soluções que foram trazidas até aqui pelos problemas clássicos de interpretação, de generalização e de reprodutibilidade dos resultados de pesquisa, a qual acentua a especificidade dos posicionamentos e da escolha e sobre os debates intersubjetivos.

Conclusão

Através deste ensaio reflexivo documentado, tentamos situar o que temos chamado de **campo de estudo e de conhecimentos do desenvolvimento territorial** no seio dos debates atuais sobre os paradigmas e teorias do desenvolvimento (regional, local e territorial) e a ciência, seu valor e suas condições de crescimento. Fazendo isso, discutimos

também sobre a identidade enquanto domínio do saber, remetendo sua existência àquela das ciências sociais e humanas cuja recomposição é necessária.

À luz das precisões de Kuhn sobre seu conceito de paradigma e dos trabalhos de Shapere que continuam a inspirar quantidade de trabalhos sobre as teorias e os modelos científicos, o objetivo dessa recomposição nos parece visar mais especificamente a reorganização de componentes (itens no sentido de Shapere) no seio de uma “matriz” comportando um conjunto de “modelos” explicativos (apoiados sobre “exemplos”). Parece-nos, todavia, que os eixos ontológicos (discussão das “unidades motrizes”) desse projeto não são ainda suficientemente discutidos no seio das comunidades científicas. Essa idéia nos parece próxima ao proposto por Markusen (2003, p.702), que no seu exame dos trabalhos em *regional studies* observou uma grande insistência sobre os processos – ex. globalização, diferenciação, apropriação – (acrescentamos: inovação, governança...recomposição!) – uma «*emphasis on process rather than institutions and behavior*». Não é raro assim ler que regiões ou territórios “querem” se desenvolver... e “*tomando assim os meios para fazer isso...*”.

A referência cada vez mais corrente aos “atores” carece também de precisão e de trabalhos recentes que ofereçam perspectivas mais esclarecedoras (GUMUCHIAN et al., 2003; JEAN e CALENGE, 2002).

Como indicamos, esse programa de recomposição é também explícito na ciência regional desde muito tempo. Essa busca está inscrita na sua trajetória desde a sua origem com Perroux nos inícios dos anos 1960, depois Aydalot vinte anos mais tarde. Não se pode esquecer também que os trabalhos de Perroux, que sugeriam uma distinção capital entre “espaços abstratos” e “espaços geo-econômicos” ou concretos, sustentaram de forma decisiva aqueles de John Friedmann em direção da *regional development and planning* e de seu apelo ao *paradigme shift* (FRIEDMANN et WEAVER, 1979), o qual serviu de base ao trabalho inaugural de Aydalot sobre os meios inovadores. Numa certa medida, não é incorreto subentender (CAMAGNI et al., GREFFE 1999; ver também número especial *Le Paradigme du milieu innovateur*, RERU, 1999-3) que essa corrente associada a de Aydalot encarna um novo paradigma, um novo paradigma que chamamos de emergente. Parece-nos, todavia, menos ditoso de enquadrar, como fazem esses autores, o “paradigma do meio inovador na economia espacial contemporânea”. Isso indica bem porque o trabalho de análise dos paradigmas e o trabalho sobre suas transformações devem ser continuados. Lembremos enfim que essas exigências de renovação são também esperadas pela *regional science* (ISARD 1992, 2001), assim como pelos *regional studies* (SAYER 1992, 2001). Pesquisadores ligados a outros campos de estudos ou outras disciplinas parecem também seguir objetivos de recomposição da mesma ordem. Isso não é exclusivo do campo do desenvolvimento territorial, nem da ciência regional ou dos estudos regionais.

No seio do campo de estudos do desenvolvimento territorial, da ciência regional ou dos estudos regionais, esse programa de recomposição não engloba também a totalidade dos trabalhos de autores que se apegam a isso e dos quais se pode detectar a influência do conjunto dos grandes paradigmas *rivals* que tratamos anteriormente. Esses campos nos parecem duplamente caracterizados por um amplo pluralismo paradigmático e por um ambicioso programa de recomposição (ou de elaboração de um novo paradigma).

Esses dois aspectos são, sem dúvida, ligados e essa recomposição visa justamente não a criação *ex nihilo* de um novo paradigma, mas uma integração re-configurada de elementos que os trabalhos orientados pelos dois grandes paradigmas permitiram entrever. Há nisso alguma coisa de assaz particular e capital talvez para a renovação esperada dos conhecimentos: uma disponibilidade de trabalhos e, em certa medida, de resultados, multiparadigmáticos sobre um conjunto de questões comuns cujos laços entrevimos melhor.

Assim, longe de constituir uma lacuna, a existência de vias paradigmáticas, teóricas e epistemológicas múltiplas que se inspiram nos trabalhos de pesquisa em desenvolvimento regional e territorial pode nos próximos anos constituir um ganho importante permitindo visualizar a elaboração de teorias recompostas mais englobantes, melhores fundadas assim que haja realização de pesquisas em condições de esclarecer os atores e as autoridades públicas quanto a sua escolha de intervenções devendo ocorrer sobre bases democráticas. Mas para que esses conhecimentos progridam e possam ser difundidos da forma mais ampla possível, é preciso encorajar a *explicitação conceitual modesta* plena de admissões de limites diversos.

Tal como mencionamos anteriormente, uma corrente evolucionista cada vez maior ganha também em importância. Unificada em torno da biologia, mas visando uma teoria do conjunto dos sistemas vivos e sociais. Enquanto certos trabalhos integram cada vez mais as preocupações quanto ao desenvolvimento sustentável (MULDER e VAN DEN BERGH, 2001), outros interrogam novamente sobre o crescimento (*growth*), mas também sobre o estado estacionário (J.S. Mill), retomando preocupações clássicas ou contemporâneas. Nesse contexto, a recomposição paradigmática dos campos associados ao desenvolvimento territorial (esse não sobre bases biológicas, mas sociais e, sobretudo, humanamente centradas) nos parece carregada de desafios científicos e sociais. Aqui ainda, o campo do desenvolvimento territorial nos parece ligado às questões que ultrapassam aquelas dos territórios e das territorialidades para englobar aquelas das realidades sociais e humanas territorializadas.

Um melhor reconhecimento dos trabalhos atuais e passados efetuados desde vários anos nos quatro cantos do mundo e que fundamentaram os caminhos do desenvolvimento regional e territorial nos parece essencial. Se esses trabalhos devem ser ainda repertoriados, eles se prestam também a comparações de maneira mais atenta, tal como os casos analisados e as interpretações que foram propostas e sobre as quais nos perguntamos da validade para outros lugares e outras situações. Os aspectos internacionais das ciências sociais são complexos e múltiplos. Eles demandarão por análises nos próximos anos (GODELIER, 2003). Aliás, o uso cada vez mais freqüente dos mesmos termos (desenvolvimento, regiões, territórios, governança, atores, inovação) não atesta necessariamente convergências teóricas entre os pesquisadores. Ora, para que isso não leve a um conjunto de peças sem valor (como evocava Kuhn em relação às ciências sociais, ao acumular observações sem dispor de teorias e paradigmas para as organizar), a pesquisa sobre desenvolvimento regional e territorial deve, mais amplamente ainda, se abrir aos debates epistemológicos e teóricos contemporâneos.

O campo de conhecimentos do desenvolvimento territorial e outros campos que tratamos aqui, em particular a ciência regional, nos parecem perseguir, através de

trabalhos convergentes e divergentes uma tarefa de recomposição das ciências sociais e humanas implicando debates em torno de objetivos práticos e normativos tão centrais quanto aqueles da eficácia econômica, da equidade social e da manutenção dos quadros democráticos e biofísicos. Isso demonstra a importância dos trabalhos que são realizados atualmente em vários países e regiões e sobre uma inovação territorial multidimensional (MOULAERT e SEKIA, 2003), especialmente onde, no meio de incertezas e angústias do tempo presente, iniciativas promissoras se expressam e são recenseadas e analisadas com sofisticação e rigor, sendo também consideradas seus limites e suas recaídas atuais ou futuras.

Bibliografia

- ACHINSTEIN P. et al. 1969. *The Legacy of Logical-Positivism*. Baltimore, Johns Hopkins University.
- AKTOUF, Omar. 1992. *Méthodologie des sciences sociales et des approches qualitatives des organisations, une introduction à la démarche classique et une critique*. Sainte-Foy, Presses de l'Université du Québec et HEC.
- AYRES, Robert U. 2004. «On Life cycle metaphor: where ecology and economics diverge». *Ecological Economics*, vol. 48. Pages 425-438.
- ALVERGNE, Cristel et F. TAULELLE. 2002. *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*. PUF, Collection Major, Service Public.
- AMIN, A. et N. THRIFT. Dir. 1994. *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- AMIN. S. 1973. *Le développement inégal - Essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*. Paris, Minuit.
- APTHORPE, Raymond et A. KRAHL. Dir. 1988. *Development studies: critique and renewal*. Leiden, Brill.
- AROCENA, José. 1986. *Le développement par l'initiative locale: le cas français*. Paris, l'Harmattan.
- AYDALOT, Philippe. 1985. *Économie régionale et urbaine*. Paris, Economica.
- AZOULAY, Gérard. 2002. *Les théories du développement. Du rattrapage des retards à l'explosion des inégalités*. Rennes, Presses universitaires de Rennes.
- BACHELARD, Gaston. 1980. *Épistémologie*. Textes choisis, Paris, PUF.
- BAILLY, Antoine. 1992. «Représentation et analyse des territoires: une épistémologie de la science régionale» dans *Espaces et dynamiques territoriales*, (P.-H. Derycke, dir.). Paris, Economica. Pages 1-23.
- BARNES, B. 1984. «Problems of intelligibility and paradigm instances» dans *Scientific*

- Rationality: the sociological turn* (J. R. Brown, dir.). Dordrecht, Reidel. Pages 75-127.
- BARNES, T. J. 2003. «What's Wrong with American Regional Science?». *Canadian Journal of Regional Science*, vol. XXVI, no 1. Pages 3-26.
- BELLAGIO DECLARATION. 1969. «The Bellagio Declaration on Planning». *Futures*, mars. Pages 182-184.
- BERGER, Gaston. 1964 (1957). «Sciences humaines et prévision» dans *Phénoménologie du temps et prospective* (Gaston Berger dir.). Paris, PUF. Pages 219-275.
- BERGER, P. L. et T. LUCKMANN. 1967. *The social construction of reality*. New York, Doubleday.
- BRACHMAN, Ronald et Hector LEVESQUE. 1985. *Readings in Knowledge Representation*. Boston. Morgan Kaufmann.
- BENKO, Georges. 1995. «Les principales théories du développement local». *Sciences humaines*, vol. 8. Page 21.
- BENKO, Georges. 1998. *La science régionale*. Paris. PUF, Que-sais-je? no 3355.
- BENKO, Georges et Alain LIPIETZ. 2000. *La richesse des régions. La nouvelle géographie socio-économique*. Paris, PUF.
- BENKO, Georges et Alain LIPIETZ. 1992. *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris, PUF.
- BOISVERT, Michel et Paul RIOUX. 1995. «L'évaluation des potentiels de développement à partir des projets acceptés lors de sommets régionaux» dans *Et les Régions qui perdent?* (S. Côté, J.-L. Klein et M.-U., Proulx, dir.). Rimouski, GRIDEQ, Collection tendances et analyses. Pages 271-296.
- BROADHAG, Christian et al. 2004. *Dictionnaire du développement durable*. Saint-Denis, AFNOR.
- CAMAGNI, Roberto et al. 1999. «Le paradigme du milieu innovateur dans l'économie spatiale contemporaine». *Revue d'économie régionale et urbaine* (RERU). No 3. Pages 425-429.
- CAMPBELL, D. T. 1974. «Evolutionary Epistemology» dans *The Philosophy of Karl Popper* (P. A. Schlipp, dir.). Lasalle, Open Court. Pages 413-463.
- CARNAP, R. 1935. *Philosophy and Logical Syntax*. Londres, Keagan Paul.
- CASHMORE, Matthew. 2004. «The role of science in environmental impact assessment: process and procedure versus purpose in the development of theory». *Environmental Impact Assessment*, vol. 24. Pages 403-426.
- CASTELLS, Manuel et J. HENDERSON. Dir. 1987. *Global Restructuring and Territorial Development*. Londres, Sage.

- COFFEY, William J. 1992. «Géographie, économie, science régionale» dans *Encyclopédie de la géographie* (A. Bailly, dir.). Paris, Economica. Pages 159-175.
- COLOMBUS (pseudonyme). 1995. «La science régionale est-elle en crise?». *Revue d'économie régionale et urbaine* (RERU), no 2. Pages 347-366.
- CMED (Commission mondiale pour l'environnement et le développement)-ONU. 1987. *Notre avenir à tous* (Rapport Brundtland). Montréal, Éditions du Fleuve.
- COOKE, P. et K. MORGAN. 1993. «The network paradigm: new departures in corporate and regional development». *Environment and Planning: Society and Space*, vol. 11. Pages 543-564.
- CÔTÉ, S., J.-L. KLEIN, M.-U. PROULX. Dir. 1995. *Et les régions qui perdent?* Rimouski, Éditions du GRIDEQ, Collection tendances et débats.
- COSTANZA, E. 1991. «The Ecological Economics of Sustainability: Investing on natural capital» dans *Environmentally Sustainable Economic development: Building on Brundtland*. (Goodland R., Daly, H., El Serafy, S. et von Droste B., dir.). Paris, UNESCO. Pages 83-90.
- DALKMANN, H., R. J. HERRERA, D. BONGART. 2003. «Analytical strategic environmental assessment (ANSEA) developing a new approach to SEA». *Environmental Impact Assessment*, vol. 24. Pages 385-402.
- DATAR (Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale) (France). 2000. (Jean-Louis Guigou). *Aménager la France de 2020, Mettre les territoires en mouvement*. DATAR/ministère de l'Aménagement du Territoire et de l'Environnement, Paris, La Documentation française.
- DE MEY, Marc. 1984. *The Cognitive Paradigm*. Boston. Reidel.
- DERYCKE, Pierre-Henri, Claude LACOUR et Sylvette PUISSANT. 2000. «La Science régionale et les mots pour la dire». Texte d'une communication au Colloque de l'Association de science régionale de langue française à Crans-Montana (Suisse). 6-9 septembre.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre et Christiane GAGNON. Dir. 1987. *Entre le savoir et l'action: choix éthiques et méthodologiques*. Université du Québec à Chicoutimi, Éditions du GRIR, Collection nouveau méthodologique.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre. 1991. «La recherche qualitative» dans *Recherche qualitative, Guide pratique* (Jean-Pierre Deslauriers, dir.). Montréal. Théma. Pages 6-20.
- DETR (Department of Environment, Transport and the Regions, London, UK). 1998. *Planning for Sustainable Development. Toward Better Practice*. Londres.
- DOCTORAT CONJOINT UQAR-UQAC EN DÉVELOPPEMENT RÉGIONAL. 1996. *Brochure de présentation du programme*.
- DUBOIS, Jean et al. 1973. *Dictionnaire de linguistique*. Paris. Larousse.
- DUMONT, Fernand et Yves Martin. 1963. *L'analyse des structures régionales. La région de*

- Saint-Jérôme. Presses de l'Université Laval, Québec.
- ELGUEA, Javier. 1985. «Paradigm and scientific change in development theory». *Development and change*, vol. 16, no 2. Pages 213-233.
- FALARDEAU, Jean-Charles. 1964. *L'essor des sciences sociales au Canada français*. Québec, ministère des Affaires culturelles.
- FAVREAU, Louis et Benoît LÉVESQUE. 1996. *Développement économique communautaire. Économie sociale et intervention*. Sillery, PUQ, Collection pratiques et politiques sociales et économiques.
- FEH, C. 2001. «The Evolution of Sex: Domains and explanatory pluralism». *Biology & Philosophy*, vol. 16, no 2. Pages 145-170.
- FEYERABEND, Paul. 1979. *Contre la méthode. Esquisse d'une théorie anarchiste de la connaissance*. Paris, Seuil.
- FOISY-GEOFFROY. 2004. *Esdras Minville. Nationalisme économique et catholicisme social au Québec durant l'entre-deux-guerres*. Sillery, Septentrion.
- FONTAN, Jean-Louis. 1994. «Changements globaux et développement». *Nature, sciences, sociétés, recherches et débats interdisciplinaires*, vol. 2, no 2. Pages 141-151.
- FOSTER-CARTER, Aidan. 1976. «Conflicting Paradigms in Analysis of Underdevelopment». *World Development*, vol. 4, no 3. Pages 167-180.
- FREITAG, Michel. 1996. «Le dilemme des sciences sociales dans la post-modernité: étudier et orienter la société ou produire le social?» dans *Les sciences humaines: état des lieux* (M. Rafie, dir.). Sainte-Foy, PUL. Pages 29-64.
- FRIEDMANN, John et William ALONSO. Dir. 1964. *Regional Development and Planning: A Reader*. Cambridge U. Press.
- FRIEDMANN, John et Weaver Clyde. 1979. *Territory and function: the evolution of regional planning*. Berkeley, U. of California Press.
- FRIEDMANN, John. 2002. *The Prospect of Cities*. Minneapolis. U. of Minnesota Press.
- GAGNON, C. Dir. 1996. *Évaluation des impacts sociaux : vers un développement viable?* Chicoutimi. Éditions du GRIR/UQAC.
- GENDRON, Corinne et Jean-Pierre Revéret. 2000. «Le développement durable». *Économies et société*, vol. 37. Pages 111-124.
- GODELIER, Maurice. 2003. *Aspects internationaux des sciences sociales et humaines*. 14 mai. 10 p.
- GONSETH, F., voir Panza et Pont.
- GRAWITZ, Madeleine. 1976. *Méthodes des sciences sociales*. Paris. Précis Dalloz, troisième édition.

- GRAWITZ, Madeleine. 2004. *Lexique des sciences sociales*. Paris. Dalloz.
- GREFFE, Xavier. 1999. «Le chantier permanent des milieux innovateurs: le Paradigm for Territorial Development». *Revue d'économie régionale et urbaine*, vol. 3. Pages 419.
- GRENIER, Fernand. 1959. «Plaidoyer pour des études régionales globales». *Cahiers de géographie de Québec*. Page 7.
- GRENIER, Fernand. 1962. «L'état présent des études régionales sur le Québec». *Recherches sociographiques*, vol. 3, nos 1-2. Pages 89-101.
- GRIDEQ (Groupe de recherche interdisciplinaire en développement de l'Est du Québec). 1982. *Plan de développement 1982-85*. Rimouski, GRIDEQ-UQAR, mars.
- GRIDEQ (Groupe de recherche interdisciplinaire sur le développement régional, de l'Est du Québec) (1993). *Développement régional. Problématique et programmation de recherche du GRIDEQ* (Livre Bleu). Rimouski, GRIDEQ-UQAR.
- GUMUCHIAN, Hervé et al. 2003. *Les acteurs, ces oubliés du territoires*. Paris, Economica.
- HABERMAS, Jurgen. 1972. *Knowledge and Human Interests*. Londres, Heinemann Educational Books.
- HETTNE, Björn, Andras INOTAI et Oswaldo SUNKEL. 2001. *Comparing Regionalism. Implications for Global Development*. Helsinki. ONU et World Institute for Development.
- HILHORST, M. J. 1969. «La théorie du développement régional. Un essai de synthèse» dans *Aspects multidisciplinaires du développement régional* (OCDE). Paris. OCDE.
- ILLERIS, S et L. JACOBSEN. Dir. 1990. *Networks and Regional Development*. Copenhagen, NordREFO.
- ISARD, Walter. 1956. *Location and Space Economy*. Cambridge, Presses du MIT.
- ISARD, Walter et al. 1960. *Methods of Regional Analysis: an introduction to Regional Science*. Cambridge, Presses du MIT.
- ISARD, Walter. 1992. «Les axes futurs de la science régionale» dans *Espaces et dynamiques territoriales*, (P.-H. Derycke, dir.). Paris, Economica. Pages 315-333.
- ISARD, Walter. 2001. «The Future of Regional Science: Remarks Prompted by Professors Alonso and Teitz». *International Regional Science Review*, vol. 24. Pages 414-421.
- JEAN, Bruno et Danielle LAFONTAINE, Dir. 1984. *Région, régionalisme et développement régional*. Rimouski, Cahiers du GRIDEQ no 15.
- JEAN, Bruno. 1996. «La région sous le regard sociologique: la construction sociale du fait régional» dans *Le phénomène régional au Québec* (Marc-Urbain Proulx, dir.). Sillery, Presses de l'Université du Québec. Pages 131-155.
- JEAN, Yves et Christian CALENGE. Dir. 2002. *Lire les territoires*. Tours, Collection perspectives villes et territoires, no 3, Maison des sciences de l'Homme.

- JOLLIVET, Marcel. Dir. 2001. *Le développement durable, de l'utopie au concept. De nouveaux chantiers pour la recherche*. Paris, Elsevier.
- JOYAL, André. 2002. *Le développement local. Comment stimuler l'économie des régions en difficulté*. Québec, Les Presses de l'Université Laval et l'IQRC.
- JULIEN, Pierre-André. 1997. *Le développement régional. Comment multiplier les Beauces au Québec*. Québec, Institut québécois de recherche sur la culture et Presses de l'Université Laval.
- KUHN, T. S. 1972. (1962). *La structure des révolutions scientifiques*. Paris. Nouvelle bibliothèque scientifique, Flammarion.
- KUKLINSKI, Antoni. 1987. «Four Interpretations of Regional Development» dans *Local Studies in Poland*. Warszawa University. Pages 221-243.
- LACOUR, Claude. 1992a. «Pour une planification écologique stratégique: l'éco-aménagement des territoires». *Revue d'économie régionale et urbaine*, vol. 3. Pages 477-501.
- LACOUR, Claude. 1992b. «L'identité de la science régionale» dans *Espaces et dynamiques territoriales*, (P.-H. Derycke, dir.). Paris, Economica. Pages XIV-XXXVIII.
- LACOUR, Claude. 2000. «Les territoires, nouvelles ressources du développement» dans *Recherches pour et sur le développement territorial*. INRA, Symposium de Montpellier, 11-12 janvier.
- LAFONTAINE, Danielle. Dir. 1984. *La Recherche en développement régional à l'Université du Québec, Répertoire 1980-84*. Rimouski, Éditions du GRIDEQ.
- LAFONTAINE, Danielle. 1987. «Représenter nos connaissances pour mieux connaître le réel?: Quatre entreprises métascientifiques contemporaines». *Cahiers de l'ACFAS*. Montréal. Pages 251-273.
- LAFONTAINE, Danielle. 1988. «La spécificité et les enjeux des études régionales: Régional, un système de représentation des connaissances des réalités humaines et sociales territorialisées». *Thèmes canadiens*, vol. IX. Pages 33-45.
- LAFONTAINE Danielle. 1989. «Le champ des études régionales québécoises: problèmes de spécificité et de délimitation». *Revue canadienne des sciences régionales*, vol. XII, no 1. Pages 111-139.
- LAFONTAINE, Danielle. 1995a. «Trois prismes du développement et leurs orientations normatives» dans *L'éthique du développement, entre l'éphémère et le durable* (J. Dufour, J.-L. Klein, M.-U. Proulx et A. Rada, dir.). Chicoutimi, Éditions UQAC/GRIR. Pages 91-131.
- LAFONTAINE, Danielle. 1995b. «Les études sur le développement: préoccupations centrales selon les divers paradigmes» dans *Du local au planétaire* (D. Côté et al, dir.). Montréal, Éditions du Remue-Ménage.
- LAGENDIJK, Arnould. 2003. «Toward Conceptual Quality in Regional Studies: The need for Subtle Critique-a response to Markusen». *Regional Studies*, vol. 37, nos 6-7. Pages 719-

727.

- LASZLO, Erwin. 1992. «Le travail interdisciplinaire dans le domaine du développement» dans *Entre-savoirs. L'interdisciplinarité en acte: enjeux, débats, perspectives*, (Eduardo Portella, dir.). Paris, UNESCO. Pages 319-323.
- LAWRENCE, David P. 1997. «The need for EIA Theory Building». *Environment Impact Assessment*, vol. 17. Pages. 79-107.
- LAZARFELD, Paul F. (1970). *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Gallimard.
- LEMOIGNE, Jean-Louis. 1999. *Les épistémologies constructivistes*. Paris, PUF, Que Sais-je? no 2969.
- MANN, Michael. 1984. *The International Encyclopedia of Sociology*. New York, Continuum.
- MARKUSEN, Ann. 2003 (1997). «Fuzzy Concepts, Scanty Evidence, Policy Distance: The case for Rigor and Policy Relevance in Critical regional Studies». *Regional Studies*, vol. 37, nos 6 et 7. Pages 701-717.
- MASSICOTTE, Guy. 1985. «Les études régionales». *Recherches sociographiques*, vol. XXVI, nos 1-2. Pages 155-173.
- MASTERMANN, Margaret 1970. «The nature of a paradigm» dans *Criticism and the growth of Knowledge* (I. Lakatos et A. Musgrave, dir.). Cambridge, Cambridge U. Press. Pages 59-90.
- MEIR, Gerald M. et Joseph E. STIGLITZ. Dir. 2001. *Frontiers of Development Economics. The Futur in Perspective*. Oxford. World Bank et Oxford University Press.
- MIDGLEY, J. 2000. «Globalization, Capitalism and Social Welfare: A Social Development Perspective». *Canadian Journal of Social Work*, vol. 2, no. 2. Pages 13-28.
- MINSKY, Marvin. 1968. *Semantic Information Processing*. Boston. MIT Press.
- MOULAERT, Frank et Farid SEKIA. 2003. «Territorial innovation Models: a Critical Survey». *Regional Studies*, vol. 37, no 3. Pages 289-302.
- MORIN, Edgar. 1977. *La méthode 1. La nature de la nature*. Paris, Seuil.
- MORIN, Edgar. 1981. «Peut-on concevoir une science de l'autonomie?». *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. LXXXI. Pages 257-267.
- MULBERG, Peter et C. J. M. VAN DEN BERGH. 2001. «Evolutionary Economic Theories of Sustainable Development». *Growth and Change, a Journal of Urban and regional Policy*, vol. 32, no 1. Pages 110-135.
- NADEAU, R. 1999. *Vocabulaire technique et analytique de l'épistémologie*. Paris, PUF.
- OGDEN, C. K et I. A. RICHARDS. 1943 (1923). *The meaning of meaning. A study of the influence of Language upon Thought and of the Science of Symbolism*. New York, Harcourt, Brace and Company.

- ONU/PNUD. 2001. *Rapport sur le développement humain*.
- OUELLET, Patrice, 1998. *Matériaux pour une théorie générale des problèmes sociaux: le développement régional réinterprété*, U. de Montréal, 1998.
- PANZA, Marco et Jean-Claude PONT. 1992. *Espace et horizon de réalité. Philosophie mathématique de Ferdinand Gonseth*. Paris, Masson.
- PERRET, Bernard. 2002. *Indicateurs sociaux, États des lieux et perspectives*. Rapport pour le CERC, janvier.
- PERRIN, Daniel-CONSEIL NATIONAL DE L'ÉVALUATION-COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN. 2003. *Instance d'évaluation des politiques de développement rural. Rapport*. Juin.
- PIAGET, Jean. 1972. *Épistémologie des sciences de l'homme*. Paris, Gallimard.
- PIRÈS, Alvaro P. 1997. «De quelques enjeux épistémologiques d'une méthodologie générale pour les sciences sociales» dans *La recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques*, (Poupart, Jean-Lionel et al. dir.). Boucherville, Gaétan Morin. Pages 30-52.
- PLANQUE, Bernard. 1983. «Technologies nouvelles et réorganisation spatiales» dans *Crise et espace* (P. Aydalot, dir.). Paris, Economica. Pages 114-179.
- POLANYI, K. 1944. *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- POLÈSE, M. 1996. «Le développement local revu et corrigé. Récit d'une douce illusion dangereuse» dans *Le Québec des régions. Vers quel développement ?* (Côté, S., J.-L. Klein et M.-U. Proulx, dir.). Rimouski, Éditions du GRIDEQ-GRIR. Pages 321-338.
- POLÈSE, M. et R. G. SHEARMUR. 2002. *La périphérie face à l'économie du savoir. La dynamique spatiale de l'économie canadienne et l'avenir des régions non métropolitaines du Québec et des provinces de l'Atlantique*. Montréal, INRS-UCS/ICRDR.
- POPPER, K. 1965 (1963). *Conjecture and Refutation: the Growth of Scientific Knowledge*. New York Harper.
- POPPER, K. 1972. *Objective Knowledge: an Evolutionary Approach*. Oxford, The Clarendon Press.
- POPPER, K. 1999. *La quête inachevée*. Paris, Fayard.
- PROULX, Marc-Urbain. Dir. 1997. *Le phénomène régional au Québec*. Québec, PUQ.
- PROULX, Marc-Urbain. 2002. *L'économie des territoires au Québec*. Québec, PUQ.
- PORTELLA, Eduardo. Dir. 1992. *Entre savoirs, l'interdisciplinarité en acte: enjeux, obstacles, perspectives*. Paris, UNESCO, Eres.
- SACH, Ignacy. 1980. *Stratégie de l'éco-développement*. Paris, Les Éditions ouvrières.
- SACH, Ignacy. 1981. *Initiation à l'éco-développement*. Toulouse, Privat.
- SACH, Ignacy. 1992. «Stratégies de transition pour le XXI^e siècle». *Nature et Ressources*, vol.

28, no 1. Pages 4-17.

- SAYER, Andrew. 1995. «Liberalism, Marxism and Urban and Regional Studies». *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 19, no 1. Pages 79-95.
- SAXENIAN, A. 1994. *Regional Advantage: Culture and Competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge, Harvard U. Press.
- SCOTT, Allen J. 1988. *New Industrial Spaces: Flexible Production Organization and Regional Development in North America and Western Europe*. Londres, Pion.
- SCOTT, Allen J. 1996. «Regional Motors of the Global Economy». *Futures*, vol. 28. Pages 391-411.
- SCHUMPETER, Joseph. 1992 (1942). *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*. Paris, Fayard.
- SELZNICK, P. 1966 (1949). *TVA and the Grass Roots: A Study in the Sociology of Formal Organization*. New York, Harper Torchbook.
- SEN, Amartya. 1999. *L'économie est une science morale*. Paris, La Découverte.
- SHAHID, Yusuf et Joseph STIGLITZ. 2001. «Development Issues: settled and Open» dans *Frontiers of Development Economics. The Future in perspective* (Gerald MEIER et Stiglitz, dir.). Oxford University Press. Pages 227-268.
- SHAPER, Dudley. 1977. «Scientific theories and their domains» dans *The Structure of Scientific Theories* (F. Suppe, dir.). Urbana, University of Illinois. Pages 518-599.
- SHAPER, Dudley. 1984. *Reason and the search for knowledge*. Boston, U. of Boston Studies in the Philosophy of Science, Investigations in the Philosophy of science.
- STÖHR, W. B. et Dr F. TAYLOR. 1981. *Development from above or Below?* Chichester, John Wiley and Sons.
- STORPER, Michael. 1995. «The Wealth of Regions. Market forces and policy imperatives in local and global context». *Futures*, vol. 27, no 5. Pages 505-526.
- SUPPE, F. Dir. 1977. *The Structure of Scientific Theories*. Urbana, University of Illinois.
- TAYLOR, Charles. 1992. *Grandeur et misère de la modernité*. Paris, Bellarmine.
- TESSIER, Robert et Jean-Guy Vaillancourt. 1996. «Sociologie de l'environnement: de l'écologie humaine à l'écologie sociale» dans *La recherche sociale en environnement, nouveaux paradigmes* (Tessier et Vaillancourt, dir.). Montréal, PUM. Pages 19-47.
- TOURAIN, Alain. 1989. «La crise de la modernité». *Interface*, vol. 10, no 2, avril.
- TREMBLAY, Marc-Adélaide. 1968. *Initiation à la recherche dans les sciences humaines*. Montréal, McGraw-Hill.
- VAN METER, Karl M. 1994. «Méthodologie sociologique». *Sociologie: états des lieux I*. UNESCO, *Revue internationale des sciences sociales* (RISS), vol. 139. Pages 25-36.

- UNESCO. 1983. *Interdisciplinarité et sciences humaines*. Paris, PUF. (Texte de Celso Furtado: Le développement)
- VIVIEN, Franck-Dominique. 2001. «Histoire d'un mot, histoire d'une idée: le développement durable à l'épreuve du temps» dans *Le développement durable, de l'utopie au concept. De nouveaux chantiers pour la recherche* (Marcel Jollivet, dir.). Paris, Elsevier. Pages 19-60.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1995. «Les sciences sociales battent de l'aile. Quel phœnix en renaîtra?». *Cahiers de recherche sociologique*, vol. 24. Pages 210-221.
- WUKETITS, Franz, M. 1983. *Concept and approach in Evolutionary Epistemology*. Vienne, U. de Vienne.
- WAUUB, Jean-Philippe. 1991. *Croissance économique et développement durable: vers un nouveau paradigme du développement*. Paris-Montréal, Fidès.